

Campina Verde, 17 de janeiro de 2022.

Ofício PL nº 003/2022

Encaminha Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho-lhe o Projeto de Lei nº 003/2022 que **"AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, acompanhado de Mensagem dirigida aos eminentes Vereadores que compõe esta eg. Câmara Municipal, solicitando a V. Excelência seja posto em apreciação em **REGIME ESPECIAL DE URGÊNCIA**.

Ao ensejo renovo a V. Excelência meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente

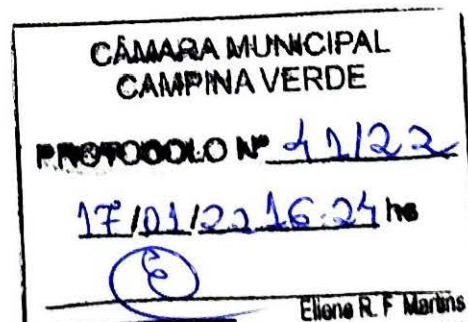
HELDER PAULO CARNEIRO

Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o senhor

GUSTAVO VENÂNCIO ARANTES FREITAS

Presidente da Câmara Municipal de Campina Verde/MG



Elisene R. F. Martins
Assistente Administrativo
Câmara Municipal de Campina Verde - MG

PROJETO DE LEI Nº 003/2022.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo do Município de Campina Verde, por seus representantes, APROVOU e eu, em seu nome, SANCIONO a seguinte Lei:

Art.1º. - Fica autorizada a Abertura de Crédito Especial no orçamento do Município no valor de R\$ 141.283,06 (Cento e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e três Reais e seis centavos) para fazer face às despesas para o exercício de 2022, nas seguintes dotações e fontes:

02 – Poder Executivo

13 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

01 – Chefia de Serviços Urbanos

17 – Saneamento

512 – Saneamento Básico Urbano

0024 – Programa de Gestão Ambiental

2.618 – Consórcio CIDES – Plano Municipal de Saneamento Básico 3.3.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio público

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 15.335,05

02 – Poder Executivo

13 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

01 – Chefia de Serviços Urbanos
17 – Saneamento
512 – Saneamento Básico Urbano
0024 – Programa de Gestão Ambiental
2.619 – Consórcio CIDES – Plano Municipal de Gestão de
Resíduos 3.3.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio público

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 15.335,05

-

02 – Poder Executivo

13 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

01 – Chefia de Serviços Urbanos

17 – Saneamento

512 – Saneamento Básico Urbano

0024 – Programa de Gestão Ambiental

2.620 – Consórcio CIDES – Programa de Coleta Seletiva

3.3.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio
público

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 13.870,10

-

02 – Poder Executivo

13 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

01 – Chefia de Serviços Urbanos

17 – Saneamento

512 – Saneamento Básico Urbano

gestão ambiental

0024 – Programa de Gestão Ambiental

2.621 – Consórcio CIDES – Licenciamento de software de

público

3.3.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 9.600,00

-

02 – Poder Executivo

04 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos

Humanos

01 – Superintendência de Administração

04 – Administração

122 – Administração Geral

0005 – Gestão e Apoio as Ações de Governo

2.622 – Consórcio CIDES – Convênio Procon Regional

público

3.1.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 12.842,86

-

02 – Poder Executivo

04 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos

Humanos

01 – Superintendência de Administração

04 – Administração

122 – Administração Geral

0005 – Gestão e Apoio as Ações de Governo

2.622 – Consórcio CIDES – Convênio Procon Regional

3.3.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio

público

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 12.871,43

-

02 – Poder Executivo

04 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos

Humanos

01 – Superintendência de Administração

04 – Administração

122 – Administração Geral

0005 – Gestão e Apoio as Ações de Governo

2.622 – Consórcio CIDES – Convênio Procon Regional

4.4.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio

público

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 1.428,57

02 – Poder Executivo

10 – Secretaria Municipal de Saúde

02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 – Saúde

304 – Vigilância Sanitária

público

0005 – Gestão e Apoio as Políticas de Saúde Pública

2.623 – Consórcio CIDES – Convênio Castramóvel

3.1.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 7.000,00

-

02 – Poder Executivo

10 – Secretaria Municipal de Saúde

02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 – Saúde

304 – Vigilância Sanitária

0005 – Gestão e Apoio as Políticas de Saúde Pública

2.623 – Consórcio CIDES – Convênio Castramóvel

3.3.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio

público

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 51.500,00

02 – Poder Executivo

10 – Secretaria Municipal de Saúde

02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 – Saúde

304 – Vigilância Sanitária

0005 – Gestão e Apoio as Políticas de Saúde Pública

2.623 – Consórcio CIDES – Convênio Castramóvel

público

4.4.71.70.00 – Rateio pela participação em consórcio

Fonte 100 – Recursos Ordinários

Valor – R\$ 1.500,00

Art. 2º - Para abertura dos créditos de que trata o artigo 1º desta Lei, o Chefe do Executivo editará o competente decreto e, para tanto, serão utilizados como origem os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.13.02-.26.606.0019.1.832-4.4.90.52.00- Equipamento e Material Permanente – Fonte 100 – Recursos não vinculados de impostos (Ficha 682)

Valor - R\$ 141.283,06

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campina Verde, 17 de janeiro de 2022.



HELDER PAULO CARNEIRO
Prefeito Municipal

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Encaminho para apreciação dos nobres Edis o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em dotações do orçamento vigente a fim de viabilizar as ações governamentais do Poder Executivo, especialmente para repasse de valores ao CIDES – Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Os repasses contemplam as seguintes ações:

- 1) Plano Municipal de Saneamento Básico;
- 2) Plano Municipal de Gestão de Resíduos;
- 3) Programa de Coleta Seletiva;
- 4) Convênio com Procon Regional;
- 5) Licenciamento de software de gestão ambiental;
- 6) Convênio Castramóvel.

A abertura de crédito suplementar e especial está prevista no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e depende da existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa, sendo que no caso presente os mesmos advirão da anulação parcial de dotação do orçamento vigente.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e ilustres pares para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários durante a tramitação do presente projeto de lei, esperando contar com o apoio indispensável para a sua aprovação imediata.

Campina Verde, 17 de janeiro de 2022

Helder Paulo Carneiro
Prefeito Municipal